



Relatório e Contas de 2025



Órgãos Sociais

Conselho de Administração:

Presidente:	Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura
Administrador:	António Manuel Imaginário Cordeiro
Administrador:	José Paulo Veríssimo da Silva Maia Costa
Administrador:	Carlos Alberto Alves Gonçalves
Administrador:	Bernardo Pestana Boavida Salavessa

Mesa da Assembleia-geral:

Presidente:	António Jaime Agapito Monteiro Vieira Martins
Secretário:	Rute Paula Trancoso Mendes

Fiscal Único:

Efetivo:	Moore Stephens & Associados, SROC, S.A. Representada por Luís Manuel da Silva Rosa
Suplente:	Luís Pedro Pereira, SROC n.º 842

Índice:

<u>ÓRGÃOS SOCIAIS</u>	3
<u>RELATÓRIO DE GESTÃO</u>	4
INTRODUÇÃO	4
PRODUÇÃO	4
COMERCIAL	4
RECURSOS HUMANOS	5
ESTUDOS E INOVAÇÃO	7
SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	8
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	8
BALANÇO	8
QUALIDADE AMBIENTE E SEGURANÇA	9
GESTÃO DA QUALIDADE	9
GESTÃO AMBIENTAL	9
GESTÃO DA SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO	10
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	10
CONSIDERAÇÕES FINAIS	10
<u>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS ÀS CONTAS</u>	12
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA	13
BALANÇO	14
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	15
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES	16
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	17
ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	18
<u>RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO</u>	
<u>CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS</u>	



RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO 2025

1. INTRODUÇÃO

A Stap no ano dos seus 45 anos de existência cumpre os seus objetivos estratégicos. A identidade, baseada na qualidade, tecnicidade e inovação e a continuidade, garantida pelo equilíbrio económico e financeiro. Nos dias que correm será decisivo para garantir a identidade e a continuidade a aposta massiva na inteligência artificial.

2. PRODUÇÃO

Manteve-se em 2025 a oportunidade de executar importantes obras especializadas no campo da reabilitação estrutural.

Continuaram as obras de reabilitação estrutural em edifícios, pontes e viadutos com especial enfoque para o retrofit sísmico e diversas obras de reabilitação da infraestrutura de interface marítima, marinas e pontes-cais.

3. COMERCIAL

Durante o ano de 2025 verificou-se um aumento no volume de adjudicações relativamente ao ano 2024, atingindo uma taxa de adjudicação superior a 24,25%, sendo o valor global proposto superior a 59M€. Em 2025, houve um acréscimo em relação ao ano anterior, do valor global proposto de propostas apresentadas de 211%.

Atingiu-se um volume total de propostas superior a 59M e um valor de adjudicações próximo dos 14M.

Em 2025, a ordem de grandeza do valor total adjudicado em sede de procedimento público foi inferior ao adjudicado por via de consultas de clientes privados.

No que se refere à análise da origem das propostas, verificou-se que, 66% das propostas tiveram origem em convite privado, tendo a origem dos restantes 34% em respostas a concursos públicos e ajustes diretos.

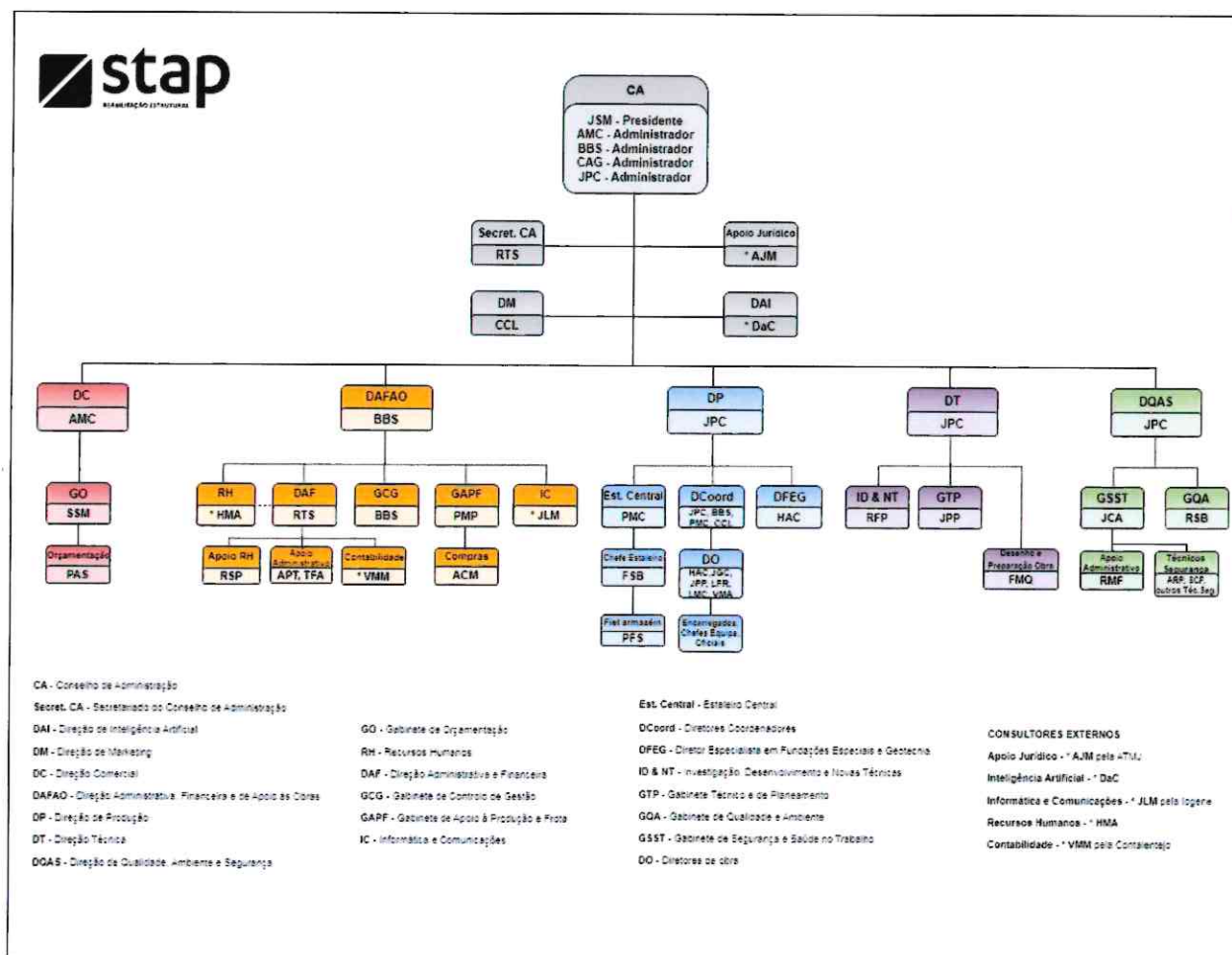
[Handwritten signature]

4. RECURSOS HUMANOS e ORGANIZAÇÃO

Relativamente ao ano 2025, o número médio de trabalhadores ao serviço da empresa, aumentou significativamente. Durante o ano verificaram-se duas saídas de Técnicos de Obras e um Encarregado, mas em contrapartida foram admitidos, um Engenheira Civil para Adjunto de Diretor de Obra, um Diretor de Inteligência Artificial, um Técnico Segurança e sete Técnicos de Obra, refletindo assim o aumento médio do número de trabalhadores. A atual estrutura continua a adaptar-se de forma a garantir o cumprimento técnico e de produção face às exigências do mercado. A empresa continua a recorrer a outsourcing, sempre que necessário.

A estrutura orgânica da empresa manteve-se em relação ao ano anterior, continuando a serem disponibilizados os seus serviços nas várias obras ao longo de todo o País, com o apoio administrativo e técnico dos escritórios em Algés, Porto e Portimão.

A configuração organizacional, não sofreu alterações no ano de 2025, mantendo-se a seguinte:



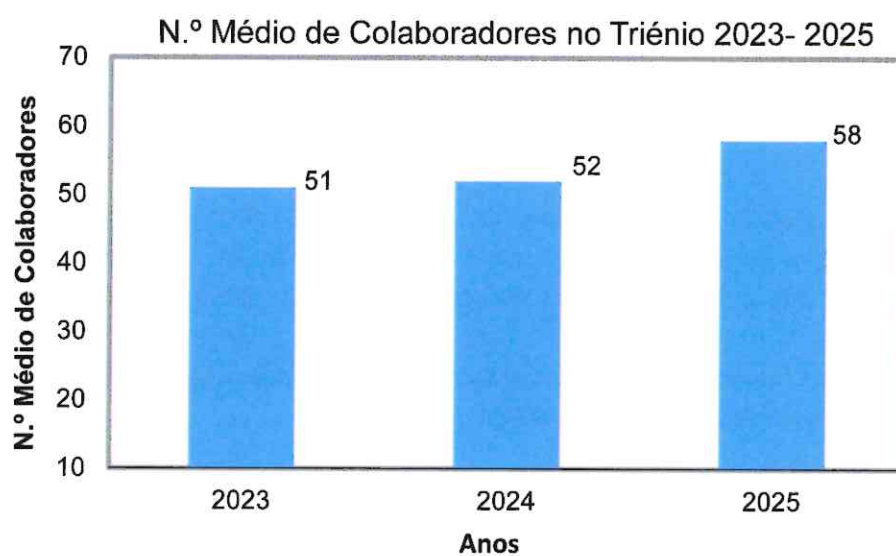
Conselho de Administração - Mantêm-se os 5 membros (Presidente Conselho de Administração e 4 Administradores), sendo que 3 não são remunerados.

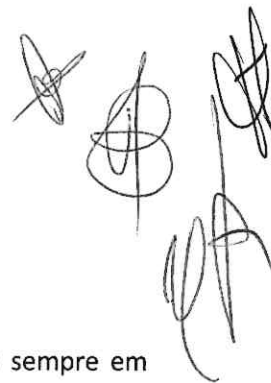
Orgãos Sociais	2025	2024
Conselho Administração	5	5

Recursos Humanos - A repartição média por tipologia de funções desempenhadas, discrimina-se de acordo com o seguinte:

Recursos Humanos / Função	2025	2024
Quadros Superiores e Médios	17	15
Encarregados	7	9
Técnicos Obra	22	18
Técnicos Segurança	4	3
Administrativos e Armazém	8	7
TOTAL	58	52

O quadro seguinte ilustra o número médio de trabalhadores no último triénio:





Política de Recursos Humanos

A Empresa continua a estar atenta aos novos desafios que lhe são colocados, tendo sempre em consideração as mudanças que ocorrem na Empresa e no mercado em que atua, tendo em conta a estrutura da Empresa e as necessidades de formação dos seus trabalhadores.

Em 2025, manteve-se a atividade da Empresa, com a realização de obras por todo o País – Continente e Ilha da Madeira.

As áreas administrativas são asseguradas pelos trabalhadores que se encontram nas instalações da sede da Empresa, mantendo-se o trabalho híbrido (presencial + teletrabalho). Continuando a manter esta flexibilidade, a Empresa continua a oferecer aos seus trabalhadores uma maior capacidade de conciliarem o trabalho com a sua vida familiar, bem como economizarem tempo e gastos nas deslocações.

Formação

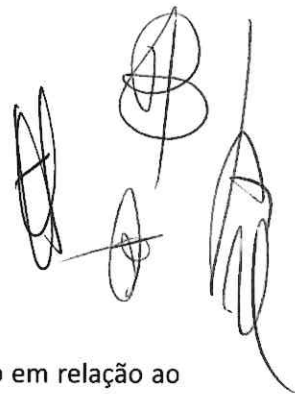
Continua-se a assegurar a Formação, que visa preparar os colaboradores para exercerem eficazmente as suas funções.

Durante o ano de 2025, verificou-se uma diminuição na média das horas de formação administrada. Contudo, continuaram-se a verificar a realização de ações de formação interna, principalmente, na área da Segurança e Saúde no Trabalho (local de trabalho: Obras) e na área da Inteligência Artificial, bem com ações realizadas por entidades externas, nomeadamente: Área Segurança: Riscos Elétricos, 1.ºs Socorros, 1.ª Intervenção, Espaços Confinados, Passaporte Segurança; Plataforma Elevatória Móvel de Pessoas; Segurança Ferroviária, Condução de Empilhadores. Informática e Plataformas: AutoCad 3D, Microsoft Project e Inteligência Artificial. Técnica: Ancoragens, Tecnologia para Proteção Betão. Administrativa: Contrato Coletivo de Trabalho vs Código do Trabalho, Obras Públicas: Receção Provisória e Definitiva e Garantias, Direito Trabalho em Obra e Gestão do Tempo.

5. ESTUDOS E INOVAÇÃO

Mantendo a aposta na investigação e desenvolvimento, divulgação e participação em iniciativas técnicas e científicas no âmbito da reabilitação estrutural, a Stap continua em colaboração com as principais universidades do país a testar soluções que permitam dar resposta às exigências do Mercado.

Muitos dos projetos em curso resultaram já em aplicação nos *workflow* dos nossos projetos, tendo resultado num importante reembolso no âmbito do SIFIDE.

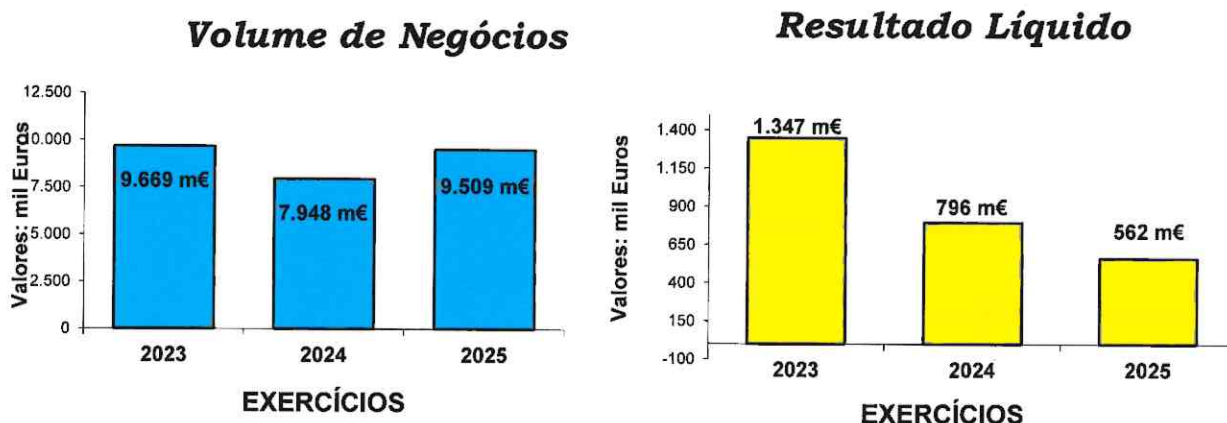


6. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Demonstração dos resultados

O volume de negócios verificado no exercício de 2025 (9.509 m€) teve um acréscimo em relação ao exercício de 2024 (7.948 m€), tendo ficado abaixo do valor de 12.021 m€ previsto no orçamento. No entanto o resultado líquido do exercício acabou por ficar ligeiramente acima do previsto em orçamento, 562 m€, devido ao bom desempenho das obras.

Os quadros seguintes mostram a evolução dos negócios e do resultado líquido da empresa, no último triénio:



Balanço

Com referência a 31 de dezembro de 2025, o total do Ativo corrente da sociedade aumentou 13%, passando de 4.221 m€ em 2024 para 4.785 m€ em 2025. O Passivo total teve um aumento de 42% e o Capital próprio diminuiu 6% relativamente ao exercício anterior.

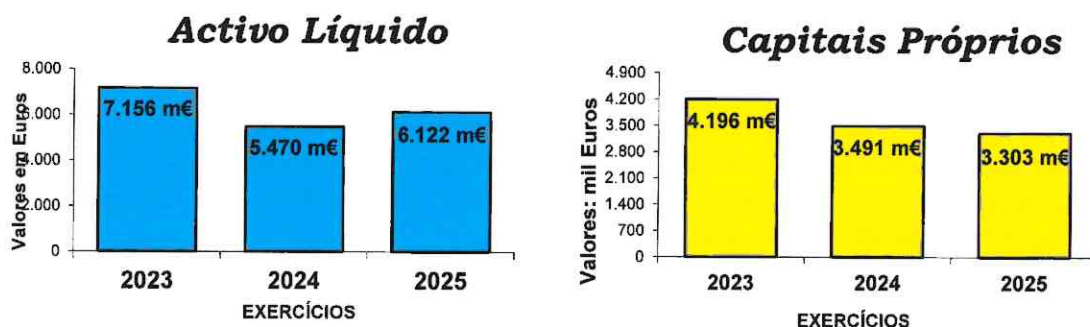
A estrutura do balanço da Stap, no final do exercício de 2025 reflete a sua solidez financeira, apresentando um índice de 171% para a liquidez geral e um índice de 54% para a autonomia financeira da sociedade.

No final de 2025, o Ativo total líquido (6.122 m€) tinha como rubricas principais as “Dívidas líquidas de clientes” (2.378 m€) e os “Ativos fixos tangíveis, líquidos de depreciações” (1.313 m€).

No passivo corrente, assumem particular relevância as dívidas a fornecedores com um montante de 1.373 m€ em 2025.

A evolução do ativo líquido total e do capital próprio da empresa, no último triénio, é a que consta no quadro seguinte:

[Handwritten signature]



A robustez dos capitais próprios da Stap tem contribuído para o nível de confiança que os parceiros da empresa nela depositam e para o conforto que o Conselho de Administração assegura aos diferentes stakeholders.

7. QUALIDADE, AMBIENTE E SEGURANÇA

Gestão da Qualidade

Em 2025 ocorreu a 1ª auditoria de acompanhamento do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), pela NP EN ISO 9001:2015, no âmbito “Reabilitação estrutural e construtiva, incluindo reparações, consolidações, reforços e modificações”. Foram auditados todos os processos incluídos no âmbito da certificação, bem como o Estaleiro Central, na Abóboda e uma obra selecionada pela equipa auditora.

A conclusão da auditoria foi que o sistema está globalmente concebido, implementado e mantido de acordo com os requisitos da norma e demonstra aptidão para, de forma consistente, cumprir os requisitos aplicáveis, atingir os objetivos e realizar as políticas da empresa.

Durante o ano de 2025, realçou-se uma vez mais, o contínuo enfoque nos clientes, materializado no feedback muito positivo recolhido através dos inquéritos de satisfação recebidos, sendo a taxa de satisfação dos clientes de 100%, a taxa de reclamações zero, e a taxa de adjudicações de 24,2% existindo uma boa fidelização de clientes. Outros indicadores muito positivos e que ficaram acima da meta estabelecida para 2025 foram a autonomia financeira e a liquidez geral.

Gestão Ambiental

Durante o ano de 2025, cumpriu-se com todos os requisitos legais e outros aplicáveis relacionados com os aspetos ambientais significativos nas obras, nomeadamente os requisitos de Gestão Ambiental estabelecidos pelos Clientes. Para todas as obras foram sempre selecionados operadores de gestão de resíduos que valorizassem ou reciclassem os resíduos e foram aplicadas todas as boas práticas de gestão ambiental em obra.



Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho

No ano de 2025 o desempenho do Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho (SGSST) registou uma performance positiva, num ano em que , mais uma vez a empresa registou resultados de produção muito positivos.

Ao nível da sinistralidade, no ano de 2025 registaram-se 3 acidentes ligeiros com baixa, que se materializaram em 34 dias úteis perdidos. Um resultado aceitável, tendo em conta o setor de atividade em que nos inserimos.

O investimento em matéria de Segurança e Saúde no Trabalho (SST) continuou ajustado às necessidades das diversas empreitadas, compatibilizado com as afetações contratuais impostas por alguns clientes. A empresa manteve o seu quadro de efetivos em matéria de SST para apoio às obras, continuando a apostar na contratação de prestações de serviços para fazer face a necessidades excecionais, como voltou a acontecer em 2025.

A empresa manteve a aposta na formação em matéria de SST, quer interna quer externa. Esta aposta privilegiou três vertentes: a viabilização de admissão em instalações de clientes, impostas por requisitos contratuais, o cumprimento das obrigações inerentes à certificação, e por fim foi ainda dada provisão às necessidades referidas pelos trabalhadores nos processos de consulta. O número de horas de formação em matéria de Segurança em 2025, foi muito superior ao do ano anterior. Na realidade a STAP mais que duplicou o n.º de horas de formação ministrada aos seus trabalhadores, passando das 504 horas para as 867. Outro facto assinalável relaciona-se com o facto de pela primeira vez em muito anos, a componente de formação externa (472 horas) ter suplantado a formação interna (392). Este total releva de forma inequívoca a importância que a componente de SST tem para a organização, demonstrando cada vez mais a aposta séria e continuada da STAP na valorização profissional e no robustecimento das competências dos seus trabalhadores nesta área.

O Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho, foi auditado no final de outubro, tendo a entidade certificadora concluído que o Sistema de Gestão da Segurança, no âmbito da NP ISO 45001:2019, evidencia um cumprimento generalizado dos respetivos requisitos, tendo sido recomendada a renovação da certificação.

O apoio às Direções Comercial e de Produção foi efetivo e importante no suporte à resposta aos clientes, quer na fase de proposta quer na fase de preparação e execução das empreitadas.

8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que seja distribuído um valor de 600.000€ pelos sócios, proveniente do resultado líquido apurado de 561.946,87€ sendo o remanescente (38.053,13€) das reservas livres.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se considerou importante no anterior exercício, concretizaram-se em 2025 muitas das esperadas potentes ferramentas de ajuda aos nossos quadros baseadas na inteligência artificial.

Neste momento definem-se as estratégias de openclaw a aplicar prevendo-se uma verdadeira revolução na gestão do conhecimento com uma implementação incomparavelmente mais rápida das estratégias definidas nos diversos níveis da organização.

O Conselho de Administração expressa o seu agradecimento a todos os colaboradores e parceiros pelo seu esforço e mérito em manter a Stap como uma PME com forte componente de saber e inovação.

Lisboa, 16 de março de 2026,

O Conselho de Administração:



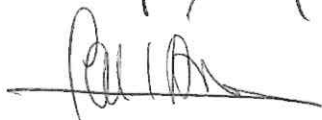
(Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura - Presidente)



(António Manuel Cordeiro – Administrador)



(José Paulo Maia Costa – Administrador)



(Carlos Alberto Alves Gonçalves – Administrador)



(Bernardo Pestana Boavida Salavessa – Administrador)



Demonstrações Financeiras e Anexos às Contas de 2025

STAP - Reabilitação Estrutural, S.A.
Pessoa coletiva nº. 500 987 076

Demonstração dos resultados por naturezas em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	(Unidade monetária: Euro)	
		PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	19	9 509 590,72	7 948 492,96
Subsídios à exploração	20	3 897,52	5 196,70
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-1 060 072,25	-850 264,33
Fornecimentos e serviços externos	21	-5 079 528,18	-3 911 383,68
Gastos com o pessoal	22	-2 632 536,25	-2 295 907,46
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	0,00	-23 043,45
Outros rendimentos e ganhos	23	317 059,81	514 653,41
Outros gastos e perdas	24	-18 222,57	-14 076,56
Resultado antes de depreciações, gastos financiamento e impostos		1 040 188,80	1 373 667,59
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	-370 890,93	-328 988,66
Resultado operacional (antes de gastos financiamento e impostos)		669 307,87	1 044 678,93
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	25	-56 358,14	-37 103,24
Resultado antes de impostos		612 949,73	1 007 575,69
Imposto sobre o rendimento		-51 002,86	-211 918,08
Imposto sobre o rendimento do período (imposto estimado)	26	-52 809,47	-213 724,69
Imposto sobre o rendimento do período (imposto diferido)	26	1 806,61	1 806,61
Resultado líquido do período		561 946,87	795 657,61

O Contabilista Certificado (Nº 29 200)


(Vitor Manuel Mourato)

O Conselho de Administração


(Jorge Manuel Salavessa Moura - Presidente)


(António Manuel Imaginário Cudeno - Administrador)


(José Paulo Costa - Administrador)


(Carlos Alberto Alves Gonçalves - Administrador)


(Bernardo Boavista Salavessa - Administrador)

STAP - Reabilitação Estrutural, S.A.

Pessoa coletiva n.º 500 987 076

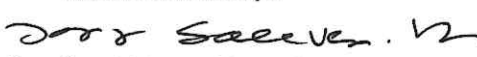
Balço em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

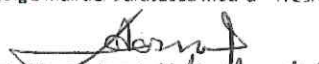
		(Unidade monetária: Euro)	
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	1 313 628,44	1 224 315,97
Participações financeiras - outros métodos	7	23 753,45	23 753,45
Total do ativo não corrente		1 337 381,89	1 248 070,42
Ativo corrente			
Cientes	9	2 377 906,25	1 627 734,18
Estado e outros entes públicos	10	465 386,91	430 872,33
Outras contas a receber	11	1 214 321,47	1 174 759,62
Diferimentos	12	479 474,33	31 914,21
Caixa e depósitos bancários	4	247 437,63	906 278,11
Total do ativo corrente		4 785 026,59	4 221 549,45
Total do ativo		6 122 408,48	5 469 619,87
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	13	1 555 000,00	1 555 000,00
Reservas legais	15	311 000,00	311 000,00
Outras reservas	15	777 311,06	732 153,45
Resultados transitados	15	33 981,40	27 185,12
Excedentes de revalorização		63 610,63	70 405,96
		2 741 403,14	2 695 745,53
Resultado líquido do período		561 946,37	795 657,61
Total do capital próprio		3 303 350,01	3 491 403,14
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivos por impostos diferidos	27	16 909,13	18 715,74
Total do passivo não corrente		16 909,13	18 715,74
Passivo corrente			
Fornecedores	17	1 373 500,20	853 375,71
Estado e outros entes públicos	10	133 366,92	290 713,72
Outras contas a pagar	13	394 337,66	476 274,86
Diferimentos	12	900 944,56	339 135,70
Total do passivo corrente		2 802 149,34	1 959 500,99
Total do passivo		2 819 058,47	1 978 216,73
Total do capital próprio e do passivo		6 122 408,48	5 469 619,87

O Contabilista Certificado (N.º 29 200)

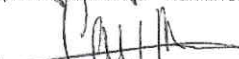

(Victor Manuel Mourato)

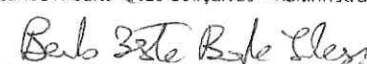
O Conselho de Administração


(Jorge Manuel Salavessa Moura - Presidente)


(António Manuel Imaginário Cordero - Administrador)


(José Paulo Costa - Administrador)


(Carlos Alberto Alves Gonçalves - Administrador)


(Bernardo Boavida Salavessa - Administrador)

STAP - Reabilitação Estrutural, S.A.

Pessoa coletiva nº. 500 987 076

Demonstração individual de fluxos de caixa
Períodos findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Unidade monetária: Euro)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		10 587 415,12	7 764 462,01
Pagamentos a fornecedores		-7 198 463,76	-5 529 398,58
Pagamentos ao pessoal		-2 570 666,65	-1 883 690,29
Caixa gerada pelas operações		818 284,71	351 373,14
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-128 211,66	-240 642,03
Outros recebimentos/pagamentos		-36 530,34	0,00
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		653 542,71	110 731,11
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-516 022,30	-467 790,65
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:		0,00	0,00
Activos fixos tangíveis		9 997,25	573 878,05
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-506 025,05	106 087,40
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		-56 358,14	-37 856,11
Dividendos		-750 000,00	-1 500 000,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-806 358,14	-1 537 856,11
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-658 840,48	-1 321 037,60
Caixa e seus equivalentes no início do período		906 278,11	2 227 315,71
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	247 437,63	906 278,11

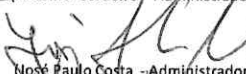
O Contabilista Certificado (Nº 29 200)


(Vítor Manuel Mourato)

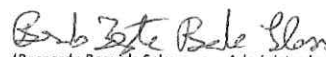
O Conselho de Administração


(Jorge Manuel Salavessa Moura - Presidente)


(António Cordeiro - Administrador)


(José Paulo Costa - Administrador)


(Carlos Alberto Alves Gonçalves - Administrador)


(Bernardo Boavida Salavessa - Administrador)

STAP - Reabilitação Estrutural, S.A.
Pessoa coletiva nº. 500 987 076

Demonstração individual dos resultados por funções
Períodos findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

Unidade monetária: Euro

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	19	9.509.590,72	7.948.492,96
Custo das vendas e dos serviços prestados	8	-5.021.864,40	-3.708.116,74
Resultado bruto		4.487.726,32	4.240.376,22
Outros rendimentos	23	320.957,33	519.850,11
Gastos de distribuição		-6.126,02	-8.637,54
Gastos administrativos		-3.762.368,83	-3.377.921,20
Gastos de investigação e desenvolvimento		-170.701,16	-132.296,27
Outros gastos	5 e 6	-370.880,93	-328.988,66
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		669.307,87	1.044.678,93
Gastos de financiamento (líquidos)	25 e 26	-56.358,14	-37.103,24
Resultado antes de impostos		612.949,73	1.007.575,69
Imposto sobre o rendimento do período	27	-51.002,06	-211.918,08
Resultado líquido do período		561.947,67	795.657,61

O Contabilista Certificado (Nº 29 200)

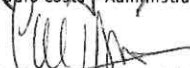

(Vitor Manuel Mourato)

O Conselho de Administração


(Jorge Manuel Salavessa Moura - Presidente)


(António Manuel Imaginário Cordeiro - Administrador)


(José Paulo Costa - Administrador)


(Carlos Alberto Alves-Gonçalves - Administrador)


(Bernardo Boavida Salavessa - Administrador)

STAP - Reabilitação Estrutural, S.A.
Pessoa colectiva nº. 500 987 076

Demonstração individual das alterações no capital próprio em 2025 e 2024

DESCRIÇÃO	(Unidade monetária: Euro)									
	Capital realizado	Ações / (Quotas) próprias	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
A 1 de Janeiro de 2024	1.555.000,00	-77.000,00	311.000,00	885.605,51	20.388,84	0,00	77.203,24	0,00	1.346.547,94	4.195.745,53
A 31 de Dezembro de 2024	1.555.000,00	0,00	311.000,00	732.153,45	27.185,12	0,00	70.406,96	0,00	795.657,61	3.491.403,14
A 1 de Janeiro de 2025	1.555.000,00	0,00	311.000,00	732.153,45	27.185,12	0,00	70.406,96	0,00	795.657,61	3.491.403,14
Alterações no período										
Primeira adopção de novo referencial contabilístico										
Alterações políticas contabilísticas										
Realização excedente revalorização act. fixos tang. e intang.										
Excedentes revaloriz. act. fixos tang. e intang. e resp. variações										
Ajustamentos por impostos diferidos					6.796,28		-6.796,28			
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		0	0,00	0,00	0,00					
	0	0	0,00	0,00	6.796,28	0	-6.796,28		-795.657,61	0,00
Resultado líquido do período									561.946,87	561.946,87
Resultado integral				45.657,61					561.946,87	561.946,87
Operações com detentores de capital no período										
Realizações de capital										
Distribuições										
Entradas para cobertura de perdas										
Outras operações										
	0	0	0	45.657,61	0,00	0	0	0	0,00	0,00
A 31 de Dezembro de 2025	1.555.000,00	0,00	311.000,00	777.811,06	33.981,40	0,00	63.610,68	0,00	561.946,87	3.303.350,01

O Contabilista Certificado (Nº 29200)

(Vitor Manuel Mourato)

O Conselho de Administração

(Jorge Manuel Salavessa Moura - Presidente)

(António Manuel Imaginário Cordeiro - Administrador)

(José Paulo Costa - Administrador)

(Carlos Alberto Alves Gonçalves - Administrador)

(Bernardo Boavida Salavessa - Administrador)



ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DE 2024

1. Identificação da Entidade

A **STAP – Reabilitação Estrutural, S.A.**, (“STAP”) é uma sociedade anónima constituída em 9 de abril de 1980, com sede na Rua General Ferreira Martins nº8 9 B, Algés.

Tem por objeto social a reparação, consolidação e modificação de estruturas.

As demonstrações financeiras, deste anexo reportam-se ao período findo em 31 de dezembro de 2025 e apresentam como comparativo o período findo em 31 de dezembro de 2024, sendo utilizado o euro (com duas casas decimais) como moeda de apresentação. Estas abrangem apenas a Empresa, que não é controlada por qualquer outra entidade, nacional ou internacional, pelo que não existe subordinação a nenhuma empresa-mãe.

O capital social encontra-se integralmente realizado desde setembro de 2000.

Como componente dos capitais próprios, a entidade apresenta, em 31 de dezembro de 2025, reservas no valor de € 1.088.811,06 (2024: € 1.043.153,45), estando € 311.000 afetos a reservas legais que, nos termos do artigo 296º do Código das Sociedades Comerciais e esgotadas as outras reservas, apenas podem ser aplicadas na cobertura de prejuízos ou na incorporação no capital. As restantes reservas - € 777.811,06 – constituem reservas livres.

2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 – Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo, como referencial, o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) em vigor em Portugal, aprovado pelo Decreto-Lei nº. 158/2009, de 13 de julho, com as retificações da Declaração de Retificação nº. 67-B/2009, de 11 de setembro, e com as alterações introduzidas pela Lei nº. 20/2010, de 23 de agosto, sendo o SNC de aplicação obrigatória a partir do exercício de 2010, inclusive.

Este Sistema de Normalização Contabilística compreende os seguintes instrumentos:

- Bases para a apresentação de demonstrações financeiras
- Modelos de demonstrações financeiras
- Código de Contas
- Normas contabilísticas e de relato financeiro
- Normas interpretativas

2.2 – Disposições derogadas do Sistema de Normalização Contabilística

Não ocorreram situações de derrogação de quaisquer disposições do Sistema de Normalização Contabilística.

2.3 – Contas do Balanço e da Demonstração dos Resultados com conteúdos não comparáveis com os do exercício anterior



Não existem situações de contas do Balanço à data de 31 de dezembro de 2025 que não sejam comparáveis com as do período findo em 31 de dezembro de 2024;

2.4 – Adoção das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro

As demonstrações financeiras do exercício de 2025 foram elaboradas de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

3.1.1 – Bases gerais de apresentação e de reconhecimento

As demonstrações financeiras foram preparadas nos pressupostos do regime do acréscimo e da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da STAP, de modo a que as demonstrações financeiras estejam de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro em vigor para exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2025.

Através do regime contabilístico do acréscimo, os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram e não somente quando sejam objeto de recebimento ou liquidação através de caixa ou equivalentes de caixa.

O pressuposto da continuidade assenta na assunção pelo Conselho de Administração da STAP, de que não existe intenção nem necessidade de liquidar ou reduzir de forma significativa a dimensão das suas operações.

Na preparação das demonstrações financeiras foram respeitadas as características qualitativas fundamentais que se elencam: da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da comparabilidade e da substância sob a forma para que, em conjunto com os pressupostos contabilísticos acima referenciados, as mesmas apresentem uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e do resultado das operações da Sociedade.

As demonstrações financeiras retratam os efeitos financeiros das transações e de outros acontecimentos decorrentes da atividade da STAP, constituindo os ativos, os passivos e os capitais próprios os elementos no balanço diretamente relacionados com a mensuração da posição financeira, e sendo os rendimentos e gastos os elementos nas demonstrações dos resultados diretamente relacionados com a mensuração do desempenho.

Apenas se consideram como ativos da STAP os recursos controlados pela entidade como resultado de acontecimentos passados, dos quais se espera que fluam para a entidade benefícios económicos futuros e possam ser fiavelmente mensurados.

Quando a STAP tem uma obrigação mensurável à data das demonstrações financeiras, resultante de acontecimentos passados, e de cuja liquidação se espera uma saída de recursos próprios, essa obrigação é reconhecida como um passivo.

Na demonstração dos resultados, os rendimentos (e gastos) da Stap foram reconhecidos quando ocorressem aumento (diminuição) dos benefícios económicos futuros relacionados com o aumento (diminuição) no ativo ou uma diminuição (aumento) do passivo e pudessem ser mensurados com fiabilidade.

3.1.2. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem dispêndios com programas informáticos e encontram-se mensurados ao custo, deduzido de amortizações acumuladas e de perdas de imparidade acumuladas.

O custo compreende o preço de compra no momento da aquisição, adicionado, quando aplicável, de direitos de importação, de impostos de compra não reembolsáveis, de custos diretamente atribuíveis à preparação do ativo para o seu uso pretendido, e deduzido de descontos e abatimentos.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos ativos, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o seu período de vida útil estimado, o qual, no caso dos programas informáticos adquiridos, corresponde a três anos.

3.1.3. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis utilizados em produção, prestação de serviços ou para uso administrativo são registrados ao custo, deduzido da depreciação acumulada e perdas de imparidade, quando aplicáveis.

O custo dos ativos fixos tangíveis, que não sejam objeto de locação financeira, é equivalente ao preço a dinheiro à data do reconhecimento e compreende:

- O seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução de descontos e abatimentos;
- Quaisquer dispêndios, diretamente atribuíveis, para colocar o ativo na localização e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar de forma pretendida.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos no âmbito de um contrato de locação financeira são reconhecidos por quantias iguais ao justo valor dos ativos locados ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado no início da locação.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados pelo método das quotas constantes, a partir da data em que se encontram disponíveis para ser utilizados no uso pretendido, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

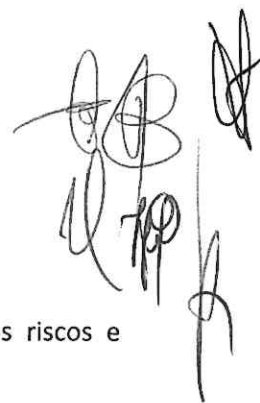
	Anos de vida útil
- Edifícios e outras construções	25
- Equipamento básico	3 - 12
- Equipamento de transporte	3 - 6
- Equipamento administrativo	3 - 8

A quantia depreciável dos ativos fixos tangíveis corresponde ao seu custo, por não ser determinável, nem significativo, o eventual valor de alienação que possam representar no final das respetivas vidas úteis. Adicionalmente, a depreciação cessa quando esses ativos passam a ser classificados como detidos para venda.

As benfeitorias e beneficiações apenas são registadas como ativo fixo tangível nos casos em que, comprovadamente, aumentem a sua vida útil ou aumentem a sua eficiência, traduzindo-se num acréscimo dos benefícios económicos futuros.

As mais ou menos valias resultantes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

3.1.4. Locações



Os contratos de locação são classificados como:

- Locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; e,
- Locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registado como ativo fixo tangível, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a depreciação do ativo, calculada conforme descrito no ponto 3.1.3, são registados como custos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados, numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.1.5. Imparidade de ativos não correntes

É efetuada uma avaliação de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de indícios, a STAP procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a eventual extensão da perda de imparidade. Nas situações em que o ativo individualmente não gera fluxos de caixa de forma independente de outros ativos, a estimativa do valor recuperável é efetuada para a unidade geradora de caixa a que o ativo pertence.

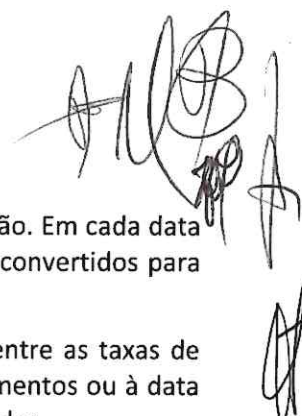
Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, refletida na demonstração dos resultados em “imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis” ou em “imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis”, conforme as situações aplicáveis.

A quantia recuperável é a mais alta de entre o preço de venda líquido (valor de venda, deduzido dos custos de venda) e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa estimados futuros decorrentes do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente, ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem evidências de que estas já não existem, ou diminuíram. A reversão das perdas de imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na mesma rubrica agrupadora em que foi registada a imparidade.

Contudo, a reversão da perda de imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda de imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

3.1.6. Ativos, passivos e transações em moeda estrangeira



As transações em outras divisas são registadas às taxas em vigor na data da transação. Em cada data de balanço, os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças/pagamentos ou à data do balanço, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados.

3.1.7. Custos de empréstimos

Por não terem sido contratados, pela STAP, quaisquer empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo, caso em que é permitida a capitalização de gastos com esses financiamentos, os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que sejam incorridos.

3.1.8. Subsídios do Governo

Os subsídios são reconhecidos e mensurados pelo valor a receber, que é substancialmente idêntico ao valor atual dos recebimentos, quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que se irão cumprir as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios destinados a formação de colaboradores, são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica “Outros rendimentos e ganhos” de acordo com os custos incorridos com essa formação.

3.1.9. Classificação de ativos e passivos como correntes e não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a menos de um ano, contado da data do balanço, são classificados, respetivamente, no ativo e no passivo, como correntes.

São ainda classificados como correntes os passivos relativamente aos quais não haja um direito incondicional de diferir a sua liquidação por um prazo de pelo menos doze meses após a data do balanço.

3.1.10. Provisões

As provisões são reconhecidas quando:

- Exista uma obrigação presente (jurídica ou implícita) resultante de um evento passado;
- Seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos; e
- O montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

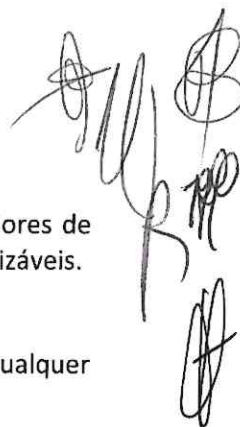
As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa para essa data.

Quando uma das condições descritas não é preenchida, a STAP procede à divulgação dos eventos em causa como passivos contingentes, a menos que a possibilidade de saída de fundos seja remota, caso em que os mesmos não são, por norma, objeto de divulgação.

3.1.11. Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são reconhecidos quando a STAP se torna parte na respetiva relação contratual.

a) Caixa e depósitos bancários



Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e depósitos a prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis.

b) Clientes e outras contas a receber

As dívidas de “Clientes” e as de “Outras contas a receber” são mensuradas ao custo menos qualquer perda por imparidade.

Quando existe evidência de que as contas a receber se encontram em imparidade, procede-se ao registo do correspondente ajustamento em resultados. O ajustamento reconhecido é mensurado pela diferença entre a quantia escriturada e a melhor estimativa de justo valor do ativo a receber.

c) Investimentos financeiros

Os investimentos são reconhecidos (e desreconhecidos) na data em que são transferidos substancialmente os riscos e vantagens inerentes à sua posse, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos estão mensurados ao custo, por se tratar de instrumentos de capital próprio, ligados à garantia de contrato de financiamento à STAP, e estar assegurada a recuperabilidade da quantia escriturada do investimento, se o contrato for cumprido pela entidade nas condições estabelecidas.

d) Financiamentos obtidos

Estes passivos financeiros são constituídos por empréstimos bancários e locações financeiras, sendo mensurados ao valor atual dos pagamentos futuros.

e) Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas a fornecedores e outras contas a pagar, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor, uma vez que o efeito do desconto é considerado imaterial.

f) Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio.

3.1.12. Ativos e passivos contingentes

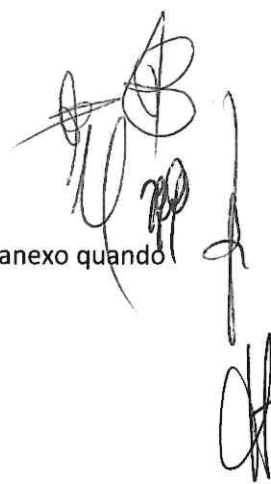
Um passivo contingente é:

uma possível obrigação que resulta de acontecimentos passados e cuja existência será confirmada pela ocorrência ou não de acontecimentos futuros incertos, ou

- (i) uma obrigação presente, que resulta de acontecimentos passados, mas que não é reconhecido por não ser provável a existência de um ex-fluxo de recursos ou a garantia da obrigação não poder ser mensurada com fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados no anexo às demonstrações financeiras, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência apenas será confirmada pela ocorrência ou não de acontecimentos futuros incertos. Os ativos



contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

3.1.13. Rédito

O rédito (rendimentos e outros ganhos) é registado pelo justo valor dos ativos recebidos ou a receber, líquido de descontos e das devoluções expectáveis.

Os rendimentos e ganhos e os correspondentes gastos e perdas são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

a) Reconhecimento de gastos e rendimentos em obras

A STAP reconhece os resultados das obras, contrato a contrato, de acordo com o método da percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os custos incorridos em cada obra até uma determinada data e a soma desses custos com os custos estimados para completar a obra.

As diferenças obtidas entre os valores resultantes da aplicação do grau de acabamento aos proveitos estimados e os valores faturados são contabilizadas nas sub-rubricas “Devedores por acréscimos de rendimentos” ou “Rendimentos a reconhecer”, incluídas nas rubricas “Outras contas a receber” e “Diferimentos”.

Variações nos trabalhos, face à quantia de rédito acordada no contrato, são reconhecidas no resultado do período quando é provável que o cliente aprove a quantia de rédito proveniente da variação e esta possa ser mensurada com fiabilidade.

As reclamações, para reembolso de custos não incluídos no preço do contrato, são incluídas no rédito do contrato quando as negociações atinjam um estágio avançado de tal forma que seja provável que o cliente aceite a reclamação e seja possível mensurá-la com fiabilidade.

Quando é provável que os custos totais previstos no contrato de construção excedam os proveitos definidos no mesmo, a perda esperada é reconhecida imediatamente na demonstração de resultados do período.

b) Vendas

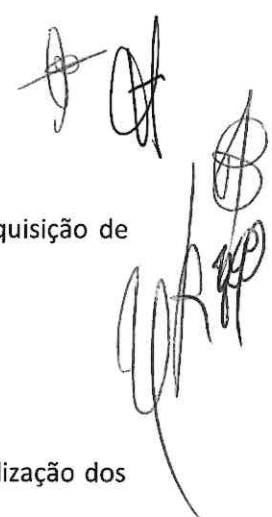
Os rendimentos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outras deduções inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

c) Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Representam as aquisições de bens a serem aplicados na prestação dos serviços, efetuadas ao longo do período, mensuradas ao custo, o qual compreende:

- O seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes;



- Custos de transporte, manuseamento e outros custos diretamente atribuíveis à aquisição de bens acabados, de materiais ou consumíveis.

c) Juros e proveitos financeiros

Os juros e proveitos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e de acordo com a taxa de juro efetiva aplicável.

3.1.14. Imparidade de ativos financeiros

A STAP analisa, a cada data de balanço, se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros se encontre em imparidade.

São registadas imparidades para perdas de valor quando existem indicadores objetivos de que a STAP não irá receber todos os montantes a que tinha direito, de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos.

Na identificação destes são utilizados diversos indicadores, tais como:

- Antiguidade do incumprimento;
- Dificuldades financeiras do devedor;
- Probabilidade de falência do devedor.

As imparidades são determinadas pela diferença entre o valor recuperável e a quantia escriturada do ativo financeiro e são registadas por contrapartida de resultados do período. Quando um montante a receber de clientes e devedores é considerado irrecuperável, é abatido por utilização da respetiva conta de imparidade. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são tratadas como ganhos correntes e refletidas na demonstração dos resultados em "Outros rendimentos e ganhos".

3.1.15. Imposto sobre o rendimento

a) Critério genérico de determinação

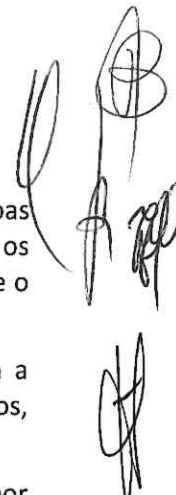
O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no resultado tributável da entidade (o qual difere do resultado contabilístico), de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sua sede, apurando-se o imposto estimado para o período e, caso aplicável, o imposto diferido.

O imposto diferido refere-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos relevantes contabilisticamente e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data de reversão das diferenças temporárias, não se procedendo ao respetivo desconto.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço, é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

b) Situação fiscal da STAP



A empresa encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 20% para a matéria coletável subtraída dos primeiros 50 mil euros sobre os quais incide uma taxa de 16%, acrescendo ainda uma derrama municipal com taxas de 1,5% sobre o lucro tributável do período.

Independentemente da ocorrência de lucro tributável, a empresa encontra-se também sujeita a Tributação Autónoma, nos termos do artigo 81º do Código do IRC, sobre um conjunto de encargos, às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham existido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos.

Deste modo, as declarações fiscais da empresa referentes aos exercícios de 2022 a 2025 e as da Segurança Social dos anos de 2021 a 2025, poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão, embora o Conselho de Administração considere que eventuais correções, resultantes de revisões por parte das autoridades legais e fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2025.

A sociedade mantém, perante a Administração Fiscal e a Segurança Social, toda a situação contributiva e declarativa devidamente regularizada, não existindo situações de mora nem de contencioso legal ou fiscal.

3.1.17. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação sobre situações ocorridas após essa data, se significativas, são divulgados neste anexo às demonstrações financeiras.

3.2. – Outras políticas contabilísticas relevantes

Não existem outras políticas contabilísticas relevantes para além das descritas no ponto 3.1.

3.3 – Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade, não tendo a STAP intenção nem necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração das normas contabilísticas e de relato financeiro requer que o Conselho de Administração da STAP (“Conselho de Administração”) formule pressupostos, com base na sua convicção sobre expectativas futuras, que poderão condicionar as quantias dos ativos e passivos, bem como dos rendimentos e ganhos. Os pressupostos significativos formulados pelo Conselho de Administração na preparação destas demonstrações financeiras incluem, nomeadamente, os pressupostos utilizados no tratamento dos seguintes assuntos:

a) Imparidade de ativos não correntes

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da STAP, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou quaisquer outras alterações, quer internas quer externas.

b) Registo de provisões

A STAP analisa de forma periódica as eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para liquidação das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes. Tanto quanto possível, a entidade recorre a consultoria jurídica que lhe permita suportar o grau de probabilidade de ocorrência e a dimensão dessas obrigações.

Reconhecimento de ativos por impostos diferidos

São reconhecidos ativos por impostos diferidos apenas quando existe forte segurança de que existirão lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização das diferenças temporárias, ou quando existam passivos por impostos diferidos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os ativos por impostos diferidos sejam revertidos. A avaliação dos ativos por impostos diferidos é efetuada pela gestão no final de cada exercício, tendo em atenção a expectativa de desempenho no futuro.

No exercício de 2025 o valor inscrito no balanço resultante desta rubrica é de 0,00 euros no ativo, e de 16.909,13 euros no passivo.

3.4 – Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas. As estimativas significativas formuladas pelo Conselho de Administração na preparação destas demonstrações financeiras incluem, nomeadamente, os seguintes assuntos:

- (i) Imparidade de ativos
- (ii) A identificação dos indicadores de imparidade e a determinação do valor recuperável dos ativos implicam um julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores de transações.
- (iii) Vidas úteis dos ativos fixos intangíveis e tangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, do método de amortização/depreciação a aplicar e das perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar o montante das amortizações/depreciações a reconhecer nas demonstrações financeiras de cada exercício. Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos sectores em que a STAP opera.

- (iv) Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de reporte, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco. As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão divergir do risco efetivo a incorrer.

4. Fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos de caixa e seus equivalentes estavam integralmente disponíveis para uso, sendo a sua desagregação como segue:

DESCRIÇÃO	Exercício de 2025	Exercício de 2024
Depósitos à ordem	247.437,63	906.278,11

5. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os movimentos ocorridos no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações, apresentam-se, como segue:

a) *Quantias brutas e depreciações e imparidades acumuladas no início e no fim de cada período, constituindo a quantia líquida evidenciada no Balanço:*

	<u>Situação inicial</u>			<u>Situação final</u>		
	Quantia bruta	Depreciação e imparidades acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depreciação e imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Exercício de 2025						
Terrenos e recursos naturais	424.042,24		424.042,24	424.042,24		424.042,24
Edifícios e outras construções	422.630,62	(388.819,84)	33.810,78	422.630,62	(405.725,06)	16.905,56
Equipamento básico	1.891.816,94	(1.487.724,53)	404.092,42	2.360.930,93	(1.677.639,53)	683.291,40
Equipamento de transporte	1.029.141,50	(845.245,10)	183.896,40	1.157.319,66	(988.720,78)	168.598,88
Equipamento administrativo	156.128,19	(127.653,05)	28.475,14	156.128,19	(135.337,83)	20.790,36
Total	3.923.759,89	(2.849.442,52)	1.074.316,97	4.521.051,64	(3.207.423,20)	1.313.628,44
Exercício de 2024						
Terrenos e recursos naturais	545.242,24		545.242,24	424.042,24		424.042,24
Edifícios e outras construções	604.430,62	(422.818,62)	181.612,00	422.630,62	(388.819,84)	33.810,78
Equipamento básico	1.718.559,68	(1.321.599,19)	396.960,49	1.891.816,94	(1.487.724,53)	404.092,42
Equipamento de transporte	915.110,79	(717.623,74)	197.487,05	1.029.141,50	(845.245,10)	183.896,40
Equipamento administrativo	139.300,91	(121.920,93)	17.379,98	156.128,19	(127.653,05)	28.475,14
Total	3.922.644,24	(2.583.962,48)	1.338.681,76	3.923.759,49	(2.849.442,52)	1.074.316,97

b) *Movimento em cada um dos períodos, decorrente das aquisições, alienações, depreciação e outras operações (inclui as reavaliações) relativas aos ativos fixos tangíveis*

Exercício de 2025	Quantia escriturada inicial	Adições	Alienações	Depreciações/ Reversões	O. Alterações/ Reavaliações	Quantia escriturada final
Terrenos e recursos naturais	424.042,24					424.042,24
Edifícios e outras construções	33.810,78			(16.905,22)		16.905,56
Equipamento básico	404.092,42	469.113,99		(189.915,00)		683.291,41
Equipamento de transporte	183.896,40	144.358,57	(16.180,41)	(156.375,93)	12.900,25	168.598,87
Equipamento administrativo	28.475,14			(7.684,78)		20.790,36
Total	1.074.316,97	613.472,56	(16.180,41)	(370.880,93)	12.900,25	1.313.628,44

	Quantia escriturada inicial	Adições	Alienações	Depreciações/ Reversões	Outras Alterações	Quantia escriturada final
Exercício de 2024						
Terrenos e recursos naturais	545.242,24		(121.200,00)			424.042,24
Edifícios e outras construções	181.612,00		(181.800,00)	(16.905,22)	50.904,00	33.810,78
Equipamento básico	396.960,59	175.042,17	(1.785,00)	(166.839,57)	714,23	404.092,42
Equipamento de transporte	197.486,95	125.921,20	(11.890,39)	(139.511,75)	11.890,39	183.896,40
Equipamento administrativo	17.379,98	16.827,28		(5.732,12)		28.475,14
Total	1.338.681,76	317.790,65	(316.675,39)	(328.988,66)	63.508,62	1.074.316,97

c) Localização, afetação dos ativos fixos tangíveis e restrições sobre a sua disponibilidade

Todos os ativos fixos tangíveis localizam-se em território nacional, estão em poder da STAP e encontram-se integralmente afetos à atividade da empresa.

d) Compromissos contratuais para a aquisição de ativos fixos tangíveis

A 31 de dezembro de 2025 e 2024, os compromissos contratuais para a aquisição de ativos fixos tangíveis eram imateriais.

e) Reconhecimento das depreciações de ativos fixos tangíveis

As depreciações de ativos fixos tangíveis foram integralmente reconhecidas nos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, como segue:

DESCRIÇÃO	Depreciações acumuladas no início do período	Depreciações do período reconhecidas nos resultados do período	Redução de depreciações de períodos anteriores por alienação de ativos/outros	Depreciações acumuladas no final do período
Exercício de 2025				
Edifícios e outras construções	388.819,84	16.905,22		405.725,06
Equipamento básico	1.487.724,53	189.915,00		1.677.639,53
Equipamento de transporte	845.245,10	156.375,93	(12.900,25)	988.720,78
Equipamento administrativo	127.653,05	7.684,78		135.337,83
Total	2.849.442,52	370.880,93	(12.900,25)	3.207.423,20
Exercício de 2024				
Edifícios e outras construções	422.818,62	16.905,22	(50.904,00)	388.819,84
Equipamento básico	1.321.599,19	166.839,57	(714,23)	1.487.724,53
Equipamento de transporte	717.623,74	139.511,75	(11.890,39)	845.245,10
Equipamento administrativo	121.920,93	5.732,12		127.653,05
Total	2.583.962,48	328.988,66	(63.508,62)	2.849.442,52

6. Ativos Intangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foram os seguintes:

a) Quantias brutas e depreciações e imparidades acumuladas no início e no fim de cada período, constituindo a quantia líquida evidenciada no Balanço

	Quantia bruta	Situação inicial Depreciações e imparidades acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Situação final Depreciações e imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Exercício de 2024						
Programas de computador	13.134,30	(13.134,30)	0,00	13.134,30	(13.134,30)	0,00
Total	13.134,30	(13.134,30)	0,00	13.134,30	(13.134,30)	0,00

Por não existirem indícios de imparidade em relação a ativos intangíveis, as imparidades acumuladas são nulas.

b) Compromissos contratuais para a aquisição de ativos fixos intangíveis

A 31 de dezembro de 2025 e 2024 não existiam compromissos contratuais para a aquisição de ativos fixos intangíveis.

7. Investimentos Financeiros

A 31 de dezembro de 2025 a Stap detinha 10.800 (9.300 da Lisgarante e 1500 da Norgarante) de ações de € 1,00 cada, adquiridas em 2010 e 2011, pelo seu valor nominal. Detém ainda um fundo de compensação de trabalho (FCT) de acordo com as novas regras fiscais criadas pela Lei nº 70/2013 de 30 de agosto e para os contratos realizados após a publicação da lei.

A principal finalidade da Lisgarante é a realização de operações financeiras, principalmente emissão de garantias e prestação de serviços conexos, em benefício de micro, pequenas e médias empresas, ou de entidades representativas destas, que sejam suas acionistas, os designados mutualistas, tendo em vista promover e facilitar o seu acesso ao financiamento, junto do sistema financeiro e do mercado de capitais.

8. Inventários

Não existem valores em existências finais de materiais diversos. No exercício de 2025 e 2024 ocorreram os seguintes movimentos, nas contas de inventários dos materiais adquiridos, vendidos e consumidos e em existências:

	Exercício de 2025	Exercício de 2024
Existência inicial	0,00	0,00
Compras	1.060.072,25	850.264,33
Existências finais em obra	0,00	0,00
Custo dos materiais vendidos e consumidos	1.060.072,25	850.264,33

9. Clientes

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Clientes” tinha a seguinte composição:

	Exercício de 2025	Exercício de 2024
Clientes conta corrente	2.377.906,25	1.627.734,18
Clientes de cobrança duvidosa	64.097,17	64.097,17
	<u>2.442.003,42</u>	<u>1.691.831,35</u>
Imparidades acumuladas	(64.097,17)	(64.097,17)
Total	<u>2.377.906,25</u>	<u>1.627.734,18</u>

A antiguidade de saldos de clientes, nos períodos findos naquelas datas, desdobrava-se por:

	Exercício de 2025	Exercício de 2024
Saldos não vencidos	1.514.678,17€	1.028.407,58€
Saldos vencidos		
Até 180 dias	428.782,43€	135.514,25€
De 180 a 360 dias	90.823,01€	227.346,28€
Mais de 360	407.719,81€	300.563,24€

As imparidades acumuladas refletem a estimativa da perda de valor dos saldos a receber, decorrente da análise ao risco efetivo de incobrabilidade, tendo no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 ocorrido o seguinte movimento:

Saldo em 1 de janeiro de 2025	64.097,17
Reforços/ Reversões	<u>0.00</u>
Anulação/Regularização de saldo	<u>0,00</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>64.097,17</u>

Os reforços e as reversões de imparidades de saldos a receber de clientes, encontram-se reconhecidos na demonstração de resultados por natureza nas rubricas de “Outros custos operacionais” e “Outros proveitos operacionais”, respetivamente.

De acordo com as regras estipuladas no art.36ª do CIRC, não se fizeram ajustamentos aos saldos das contas das entidades do Sector Público Estatal e das Autarquias, por se considerar que os créditos vencidos são integralmente recuperáveis.

10. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos com estas entidades eram como segue:

	Exercício de 2025	Exercício de 2024
Ativos e passivos correntes		
<i>Saldos devedores</i>		
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas	164.742,00	240.642,03
Imposto s/valor acrescentado (reembolsos a pedir)	42.908,88	26.700,58
Imposto s/valor acrescentado (reembolso pedido)	258.236,03	163.529,72
Total	465.886,91	430.872,33

Saldos credores

Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas	52.809,47	213.724,69
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	27.811,30	29.984,15
Imposto s/valor acrescentado (valor a pagar)	2.704,91	0,00
Contribuições para a Segurança Social	50.041,24	47.004,88
Total	133.366,92	290.713,72

Não existem situações de dívidas em mora nem foram identificadas quaisquer imparidades sobre saldos devedores de Estado e outros entes públicos.

Cerca de 66% da faturação efetuada em 2025 pela STAP, porque relacionada com serviços de remodelação ou reparação de bens imóveis, foi realizada ao abrigo do regime de "IVA Autoliquidação".

Por força deste regime, a STAP não liquida (debita) IVA aos seus clientes, pelo que o IVA que suporta na sua atividade é superior ao que consegue repercutir na faturação emitida, ocorrendo cíclicas situações de imposto a recuperar. Durante o exercício de 2025 foi objeto de pedido de reembolso o saldo transitado do exercício de 2024 e do acumulado do ano de 2025. Estes pedidos ocorreram por 2 vezes, nos períodos de maio e de outubro, perfazendo a totalidade de 406.076,49 euros de reembolso de IVA e que foram todos deferidos pelo Instituto de Gestão de Crédito.

11. Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Exercício de 2025	Exercício de 2023
Operações com o pessoal	21.969,93	23.800,00
Prestações de serviços por faturar (periodização económica)	1.184.984,39	1.139.884,70
Outros devedores	7.367,15	11.065,92
Total	1.214.321,47	1.174.750,62

Os ativos acima mencionados não apresentam quaisquer indícios de perdas por imparidade.

As prestações de serviços por faturar a 31 de dezembro de 2025 e 2024 traduzem os trabalhos já realizados nos períodos findos naquelas datas cujas faturas só no período seguinte serão/foram emitidas, face às disposições contratuais que regem a emissão das respetivas faturas.

12. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tinham a seguinte composição:

	Exercício de 2025		Exercício de 2024	
	Ativo corrente	Passivo corrente	Ativo corrente	Passivo corrente
<i>Gastos a reconhecer</i>				
Seguros	55.560,04		34.323,09	
Alugueres/Outros	32.912,92		27.635,44	
<i>Obras</i>	371.045,69			
Rendimentos -Ref. a Obras	19.955,68	900.944,56	19.955,68	339.135,30

Total	479.474,33	900.944,56	81.914,21	339.135,30
--------------	-------------------	-------------------	------------------	-------------------

As quantias escrituradas acima mencionadas constituem gastos/rendimentos registados nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e imputáveis a períodos subsequentes, por respeito ao pressuposto contabilístico do regime do acréscimo (periodização económica).

13. Capital

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital, totalmente subscrito e realizado, estava representado por 311.000 ações, com o valor nominal de € 5 (cinco euros) cada, assim repartido, no final de 2025:

	2025 Nº. de ações/Valor Nominal	2024 Nº. de ações/Valor Nominal
ProStap	217.700 (1.088.500, €)	217.700 (1.088.500, €)
Zizan,Lda	46.650 (233.250€)	46.650 (233.250€)
CAXALP, Lda.	31.100 (155.500€)	31.100 (155.500€)
Bernardo Salavessa/Ações próprias	15.550 (77.750€)	15.550 (77.750€)
Totais	311.000 (1.555.000€)	311.000 (1.555.000€)

15. Reservas

Os movimentos ocorridos nestas rubricas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 foram como segue:

	Reserva legal	Outras Reservas	Resultados transitados
Saldo em 1 de janeiro de 2024	311.000,00	885.605,51	20.388,84
Aplicação do resultado do exercício anterior	0,00	0,00	0,00
Libertação reserva reav/Imp.Diferido	0,00	-153.452,06	6.796,28
Saldo em 31 de dezembro de 2024	311.000,00	732.153,45	27.185,12
Aplicação do resultado do exercício anterior	0,00	45.657,61	0,00
Imp.Diferido	0,00	0,00	6.796,28
Saldo em 31 de dezembro de 2025	311.000,00	777.811,06	33.981,40

De acordo com a legislação em vigor, a empresa é obrigada a transferir para reserva legal pelo menos 5% do resultado líquido anual, até que a mesma atinja, no mínimo, 20% do capital. Esta reserva não é distribuível aos acionistas, podendo, contudo, ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou incorporada no capital.

16. Financiamentos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, não existiam financiamentos obtidos a registar.

17. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Exercício de 2025	Exercício de 2024
Fornecedores conta corrente	1.373.500,20	853.376,71

Não existe concentração de relacionamento comercial em fornecedores específicos, de que pudesse resultar eventual dependência da STAP na realização da sua atividade operacional.

18. Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Exercício de 2025	Exercício de 2024
Fornecedores de investimentos	39.898,03	77.228,79
Remunerações a liquidar	325.380,87	288.443,40
Acréscimos de gastos/obras/diversos	23.432,83	103.521,18
Credores diversos	5.625,93	7.081,49
Total	394.337,66	476.274,86

As quantias escrituradas de remunerações a liquidar correspondem à estimativa dos encargos com férias, subsídio de férias (incluindo contribuições para a Segurança Social) vencidos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 e cujo processamento e liquidação só ocorrerá no período subsequente.

As quantias relativas a “Acréscimo de gastos/obras” representam os encargos a suportar pela STAP, imputáveis aos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, mas cuja documentação vinculativa só será/foi emitida em período subsequente.

19. Vendas e serviços prestados

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica desdobrava-se, como segue:

	Exercício de 2025	Exercício de 2024
Prestações de serviços		
Relacionadas com edificações de betão armado	5.640.926,21	3.815.556,58
Relacionadas com infraestruturas viárias e outras	1.704.037,28	1.931.023,55
Relacionadas com o património arquitetónico	362.776,24	543.375,99
Relacionadas com fundações	1.502.246,87	837.211,83
Relacionadas com reabilitação/conservação edifícios	299.604,12	821.325,01
Total	9.509.590,72	7.948.492,96

20. Subsídios à exploração

No presente exercício existe um valor na rubrica de subsídios a exploração de 3.897,52€ relativos a apoio a contratação.

21. Fornecimentos e serviços externos

Representa os seguintes gastos ocorridos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Exercício de 2025	Exercício de 2024
Subcontratos	3.076.505,24	2.046.135,15
Serviços especializados	901.772,29	750.852,92
Materiais	247.889,65	195.622,35
Energia e fluidos	235.922,76	237.693,43
Deslocações, estadas e transportes	170.074,11	184.060,07
Serviços diversos	447.364,13	497.019,76
Total	5.079.528,18	3.911.383,68

22. Gastos com o pessoal

O número médio de colaboradores, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foi o seguinte:

	Exercício de 2025	Exercício de 2024
Trabalhadores integrados-órgãos sociais	5	5
Restantes trabalhadores	58	52
Total	63	57

Os custos com o pessoal, nos exercícios findos naquelas datas, foram como segue:

	Exercício de 2025	Exercício de 2024
Remunerações dos órgãos sociais	204.820,00	199.680,16
Remunerações do pessoal	1.867.512,43	1.601.989,03
Encargos com remunerações	454.786,51	392.769,22
Seguro de acidentes de trabalho	55.692,23	58.203,45
Gastos de ação social e outros	49.725,08	43.265,60
Total	2.632.536,25	2.295.907,46

A quantia das remunerações dos órgãos sociais respeita integralmente ao Conselho de Administração e, para período findo em 31 de dezembro de 2025, engloba as seguintes parcelas:

☐	Remunerações fixas	€ 200.900,00
☐	Remunerações variáveis	€ 3.920,00

Os gastos de ação social e outros incluem encargos com formação profissional e assistência médica e medicamentosa.

Os gastos com o pessoal incluem ajudas de custo no montante de € 91.354,10 (2024: €72.929,00).

23. Outros rendimentos e ganhos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os outros rendimentos e ganhos tinham a seguinte composição:

	Exercício de 2025	Exercício de 2024
Rendimentos suplementares	183.025,30	190.072,92
Ganhos obtidos na alienação de ativos/sinistros	6.029,32	321.782,05

Outros	128.005,19	2.798,44
Total	317.059,81	514.653,41

Os serviços prestados de apoio e consultoria de gestão são reconhecidos como rendimentos suplementares.

As mensalidades cobradas têm subjacente a maior ou menor intervenção requerida, face à própria dinâmica operacional das entidades a quem os serviços são prestados. A rubrica "Outros" é um ganho referente a desconto de pronto pagamento e reembolso de IRC resultante do benefício fiscal - SIFIDE.

24. Outros gastos e perdas

Os "Outros gastos e perdas" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 apresentam a seguinte repartição:

	Exercício de 2025	Exercício de 2024
Impostos diretos e indiretos	5.759,20	4.995,98
Taxas	6.989,62	5.189,21
Donativos	3.640,00	0,00
Quotizações	1.680,00	2.694,00
Outros não especificados – Fiscais/Não fiscais	153,75	1.197,37
Total	18.222,57	14.076,56

25. Juros e gastos similares suportados

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os juros e gastos similares suportados respeitavam a:

	Exercício de 2024	Exercício de 2024
Juros suportados		
De contratos de locação financeira e outros	448,51	1.071,40
Garantias de crédito	55.909,63	36.031,84
Total	56.358,14	37.103,24

26. Imposto sobre o rendimento do período (Imposto estimado e diferido)

A 31 de dezembro de 2024 e 2023, o imposto apurado sobre o rendimento de cada período, era como segue:

	Exercício de 2025	Exercício de 2024
Resultado antes de impostos	612.949,73	1.007.575,69
Diferenças tributáveis permanentes		
Diferenças tributáveis negativas	12.154,60	193.900,25
Diferenças tributáveis positivas	(138.679,80)	(322.875,06)
Resultado para efeitos fiscais	486.424,53	878.600,88
 Matéria coletável	 486.424,53	 878.600,88

Taxa de imposto média (inclui derrama)	20,0%	23,0%
<i>Imposto apurado sobre o resultado fiscal</i>	102.142,75	195.220,92
Tributações autónomas - valor de incidência	289.466,30	225.354,54
Taxa média sobre tributações autónomas	7%	9%
Coleta aplicável a tributações autónomas	21.214,08	18.503,78
Imposto sobre resultado corrente	52.809,47	213.724,69
<i>Impostos diferidos</i>	(1.806,61)	(1.806,61)
<i>Imposto sobre o rendimento do período</i>	51.002,86	211.918,08

27. Reavaliação de ativos

No decurso do de 2015 foram efetuadas revalorizações, de itens do ativo fixo tangível, com base em estudos realizados por terceiros (estudo das imparidades sobre os imóveis da sede e da delegação norte) que serviram de suporte a correção da quantia escriturada dos bens, face ao custo de aquisição (critério de mensuração em vigor nos termos do SNC). O excedente de revalorização, expresso nos capitais próprios no exercício de 2025 é atualmente de 63.610,68 euros com um imposto diferido passivo de 16.909,13 euros.

A 31 de dezembro de 2025, os ativos fixos tangíveis objeto de revalorização com base em diplomas legais apresentavam-se como segue:

	Quantia escriturada não revalorizada	Revalorização	Quantia escriturada revalorizada
Terrenos e recursos naturais-Terrugem	283.083,42	71.916,58	355.000,00
Edifícios e outras construções-Porto	207.558,25	215.072,37	422.630,62
Totais	490.641,67	286.988,95	777.630,62

28. Demonstração dos resultados por funções

Na elaboração desta demonstração, que embora englobe os mesmos rendimentos e gastos evidenciados na demonstração de resultados por natureza os aglutina de modo distinto, foram seguidos os seguintes critérios:

- ☐ O custo das vendas e dos serviços prestados engloba os gastos (mão-de-obra direta, fornecimentos e serviços externos e outros gastos) diretamente imputáveis aos centros operativos da STAP;
- ☐ Os gastos administrativos compreendem os custos da estrutura logística de apoio aos centros operativos, abrangendo, entre outros, o órgão de gestão geral e os centros de administração financeira, de recursos humanos, de informática e de controlo de qualidade;
- ☐ Os gastos de distribuição representam os custos publicitários e as ofertas;
- ☐ Os outros gastos concentram as quantias de depreciações e de provisões reconhecidas em cada período;
- ☐ Os outros rendimentos abarcam os ganhos suplementares e as reversões de imparidades e de provisões;
- ☐ Os gastos de financiamento incluem, essencialmente, o valor líquido dos juros suportados e obtidos.

29. Outras divulgações (incluindo as exigidas por diplomas legais)

Para cumprimento das disposições legais, nomeadamente o artigo 66º-A do Código das Sociedades Comerciais, assim como para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados da empresa, procede-se às seguintes divulgações:

a) Responsabilidades da empresa não evidenciadas nas demonstrações financeiras

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as responsabilidades da empresa por garantias e avales apresentavam a quantia acumulada de, respetivamente € 2.772.959 e €2.282.357, são constituídas por seguro-caução e garantias bancárias prestadas a clientes e outras entidades, com quem a STAP mantém relações comerciais e financeiras.

b) Honorários faturados pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Durante os exercícios financeiros de 2025 e 2024 os honorários totais faturados pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, relativamente à revisão das contas anuais da STAP, foram no montante de € 7.200 em 2025 e de 7.200 no exercício de 2024.

30. Acontecimentos após a data do balanço

a. Aprovação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas a sua emissão pelo Conselho de Administração, em 25 de março de 2026 e estarão sujeitas a aprovação em Assembleia-geral de Acionistas, agendada para 31 de março de 2026.

b. Informações sobre condições que existiam à data do balanço

Não foram obtidas novas informações, sobre condições que existissem à data do balanço, que justifiquem qualquer atualização das divulgações constantes nas demonstrações financeiras.

Lisboa, 16 de março de 2026,

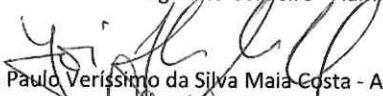
O Contabilista Certificado (Nº 29200):

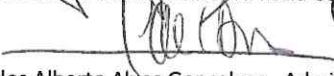

(Vítor Manuel Moura)

O Conselho de Administração:


(Jorge Manuel Salavessa Moura - Presidente)


(António Manuel Imaginário Cordeiro - Administrador)


(José Paulo Veríssimo da Silva Maia-Costa - Administrador)


(Carlos Alberto Alves Gonçalves - Administrador)


(Bernardo Boavida Salavessa - Administrador)

